



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**NASCE UM BAIRRO, RENASCE A ESPERANÇA,  
RESISTE A CIDADE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MORADORES  
DO CONJUNTO HABITACIONAL DIRCEU ARCOVERDE  
(TERESINA- PI, DÉCADAS DE 1970 E 1980)\***

Marcelo de Sousa Neto\*\*

**O PROJETO “CONJUNTO ITARARÉ”**

No início da década de 1970, apesar dos projetos dos governos militares de criarem novos programas habitacionais, estes não conseguiram atender de forma satisfatória a demanda por acesso à moradia para as populações de baixa renda. Em parte, o fracasso das iniciativas resultou da compreensão do projeto de construção das casas populares como uma mercadoria a ser vendida para uma clientela que se mostrava extremamente frágil enquanto mercado consumidor, agravando demandas e tensões sociais outras já enfrentadas por populações socialmente vulneráveis (LORENZETTI, 2001).

A construção do Conjunto Itararé, em Teresina, está inserida em meio a esse processo de “modernização autoritária” e da “higienização de espaços”, que Sevcenko (1992) identifica em ao pesquisar Rio e São Paulo na Primeira República. Além disso, é

\* A produção desta pesquisa contou com o apoio CAPES/PNPD e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil-UFPI, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

\*\* Professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: [marceloneto@yahoo.com.br](mailto:marceloneto@yahoo.com.br).

possível afirmar que este é um período marcado pelo crescente movimento especulação imobiliária que se iniciava na cidade desde a década de 1960 (ARAÚJO, 2009; SILVEIRA, 2013), que afastava a população empobrecida dos centros administrativos da cidade.

O referido conjunto habitacional surgiu de “uma necessidade imediata de afastar os pobres, que moravam debaixo das pontes ou em terrenos invadidos nas “áreas nobres” da capital, num cenário de expansão da cidade e de forte especulação imobiliária, influenciando na valorização das terras localizadas entre o centro de Teresina e os conjuntos Dirceu I e II, que eram de proprietários ricos” (MEDEIROS, 2005, p. 18).

Com a expansão da cidade, que a leva a ultrapassar os limites do Rio Poti após a construção de novas pontes, esta área começou a abrigar habitações irregulares ou precárias, nomeadas pela imprensa local de favelas. Essas habitações também atingiram bairros que posteriormente destacaram-se como as regiões mais ricas da cidade, notadamente os bairros Jóquei Clube e São Cristóvão, onde passaram a coexistir entre as casas de alto padrão ruas inteiras habitadas por casas de taipa e cobertas de palha, gerando conflitos e pedidos de providências junto às autoridades públicas (MONTE, 2010).

Em meados da década de 1970, a prefeitura de Teresina, por meio do Serviço Social do Município (SERSOM) e em parceria com a Fundação Projeto Rondon<sup>1</sup>, realizou levantamento do quantitativo e perfil social das famílias que viviam de maneira irregular ou de forma precária em alguns bairros da zona leste da cidade, em ação denominada “Operação João de Barro”, objetivando promover o deslocamento dessas famílias desta região para outras mais distantes do centro administrativo ou áreas de crescimento imobiliário.

Como noticiava o jornal O Dia, esta Operação possuía por metas “um trabalho de desfavelamento – este a cargo da Prefeitura Municipal de Teresina – que providencia, através da Operação João de Barro, um esforço conjunto com o Projeto Rondon, o encaminhamento de famílias faveladas” (HABITAÇÃO. O Dia, 14/06/1977), que, ao final dos trabalhos, identificou 413 famílias vivendo em casebres improvisados e

<sup>1</sup> O Projeto Rondon foi idealizado no período dos Governos Militares e ganhou forte incentivo durante o governo Geisel, de forma a estimular a participação intensa dos estudantes nos processos da política de desenvolvimento social e econômico proposta pelo Estado. Cf. MONTE (2010), em Teresina o Projeto João de Barro contou com a participação de estudantes dos cursos de graduação da UFPI.

irregulares na região, em sua maioria originários de cidades do interior do Piauí (MONTE, 2010).

Como segunda etapa da Operação, o cadastro das famílias identificadas foi encaminhado à COHAB-PI para que estas famílias fossem inscritas como candidatas às casas do Conjunto Itararé, à época em construção, e iniciada a transferência das famílias identificadas pelo levantamento para outros locais da cidade, promovendo uma “higienização social” na região, ação que favorecia a maior valorização imobiliária dos bairros da zona leste da capital a partir de então.

O papel do Conjunto Itararé em receber parte dos moradores de casas irregulares dos bairros da zona leste da cidade pode ser observado por meio da imprensa local, que fez vasta cobertura a respeito, exemplo o jornal O Estado, que noticiava:

A construção do Itararé, a cargo da COHAB-PI, veio justamente com o objetivo de se transferir essas famílias para lá, acabando deste modo com as favelas, que apenas servem para obstruir o programa de desenvolvimento que o governo e o município vem desenvolvendo [...] (O Estado, Teresina, 20/07/1977, p.5).

Desta forma, o governo do Estado, com a construção do Itararé, propunha “a eliminação do problema dos favelados, ora localizados na zona leste da capital” (CONCLUÍDA. O Dia, 04/06/1977, p.5), como frisou o presidente da COHAB-PI, José Francisco de Almendra Neto, por ocasião de visita às obras do conjunto, que por meio do discurso semântico construído, deixa transparecer que os problemas dos favelados da zona leste seriam resolvidos com as novas moradias. Entretanto, os limites impostos pela precariedade do conjunto, construído de forma aligeirada, denuncia que o problema a ser eliminado parecia ser a transferência da população empobrecida da zona leste da cidade.

Chega-se à essa conclusão em virtude das fragilidades apresentadas pelo conjunto e expostos pela mesma matéria, ao informar que em apenas 5 meses a construtora responsável pelas obras, Construtora Poty, já havia entregue à COHAB-PI 940 unidades do conjunto sem, no entanto, estar concluídas as obras de abastecimento d'água e eletrificação (CONCLUÍDA. O Dia, 04/06/1977, p.5).

Outro elemento relevante a respeito desse período é perceber quem foram seus primeiros habitantes. Além dos moradores identificados no levantamento realizado pela prefeitura, o conjunto receberia outras famílias de baixa renda sem moradia ou que viviam em situação de risco social, justificada sua remoção pelo argumento governamental de

proporcionar a estas uma melhor habitação e condições de vida, como podem ser verificados em notícia do jornal O Estado:

“Só vai para o Itararé quem quer”, disse ontem, o diretor executivo do projeto Rondon, no Piauí, Edílson Albuquerque, ao dar início ao reconhecimento das casas concluídas no conjunto pela companhia de Habitação do Piauí.

Realmente, das 400 famílias de baixa renda que vivem em favelas nos bairros da Zona leste, somente aqueles que querem ir para o Itararé serão transferidas a partir do próximo final de semana, conforme a segunda etapa da operação “João de Barro”, realizada em comum acordo com a prefeitura. [...] Embora sem fazer um levantamento, sabe-se que muitas famílias irão se recusar a deixar suas casa, mesmo localizadas em promíscuas favelas do Jóquei, Fátima e São Cristóvão, para morarem no Conjunto Itararé.

(...), O Itararé constará de 3040 unidades (...) para beneficiar as famílias pobres que não tem condições de viver em casas melhores. (O Estado, 10 e 11/06/1977, p.5).

A fala do senhor Edílson Albuquerque, representante da prefeitura àquele instante responsável pelas primeiras transferências das famílias, concentra-se no argumento de que as casas do Itararé seriam melhores que as precárias moradias ocupadas na zona leste. Entretanto, se por um lado o argumento do representante da prefeitura se desfaz no instante em que se lembra da falta de infraestrutura mínima para receber seus moradores, tais como serviços de abastecimento d'água, energia elétrica, transporte, saúde, educação, etc., por outro lado, o argumento despreza ainda elementos objetivos e subjetivos importantes àquelas famílias, como por exemplo as estratégias de trabalho e renda estabelecidas e que não poderiam ser transplantadas para o local da nova moradia imposta.

Desta forma, como observado por Lorenzetti (2001) em outros projetos de conjuntos habitacionais populares do país, no Itararé a precariedade dos serviços públicos e a dificuldade de acesso aos locais de trabalho resultaram na resistência da população em ocupar as novas moradias.

Mas o discurso oficial, embora declarasse respeitar a vontade dos moradores, não cogitava sua permanência na região e até abria a possibilidade do deslocamento desses moradores para outras regiões, inclusive outras cidades, declarando haver financiamento do poder público para realizar as transferências, como pode ser observado na passagem do jornal O Estado, a seguir:

Explicou Edilson Albuquerque: “que se uma família quiser morar em Timon, e tem casa garantida lá, nós daremos todas as condições para a sua transferência, se outra quiser voltar para o Ceará, então, a Prefeitura se encarregará de conseguir passagens para ela” (O Estado, 10 e 11/06/1977, p.5).

Nessa declaração observa-se que não era dada alternativa aos moradores a permanecerem em suas residências e que o processo de remoção já se encontrava em curso. Naquela mesma semana as primeiras famílias começaram a ser transferidas, como destacado pela imprensa local:

Começou esta semana a ocupação das 940 casas de um total de 3040 que a COHAB está construindo no Conjunto Itararé, Zona Leste da cidade, (...). Segundo o presidente da empresa, ainda este mês mais trezentas unidades estarão prontas para ser entregues aos mutuários inscritos. O trabalho de desfavelamento está a cargo da Prefeitura, que cuida do encaminhamento das famílias com a ajuda do Projeto Rondon, através da “Operação João de Barro” (ITARARÉ. O Dia, 13/07/1977, p.7).

Mas até a chegada destes primeiros moradores ao Conjunto Itararé um longo percurso anterior se fez, o que ajuda a entender a construção da história da cidade.

Nas fontes consultadas, o referido conjunto Itararé teve pela primeira vez seu nome noticiado na imprensa local em matéria de capa do jornal O Dia, em 13 de abril de 1976, que ao cobrir visita do então governador Dirceu Mendes Arcoverde às obras de outro residencial popular da cidade, informava do interesse deste gestor em erguer um novo conjunto habitacional, na região do Itararé, com estruturas mais simples e destinada às famílias que percebessem uma renda mensal de até um salário mínimo (O Dia, 13/04/1976, p. 1).

Mas o Itararé, enquanto projeto, já ocupava há algum tempo os gabinetes no Palácio de Karnak, sede do governo estadual, que tramitava proposta de construção de 3040 unidades habitacionais, junto ao Banco Nacional de Habitação. Com projeto denominado de “Conjunto Itararé”, teve o contrato de liberação de recursos assinado em 30 de junho de 1976 (BRASIL, BNH, 1976). Desta forma, quando da publicação da matéria em abril de 1976, o “Projeto Conjunto Itararé” já se encontrava avançado, inclusive com terreno comprado desde fevereiro do mesmo ano, pago com recursos de adiantamento previamente liberados pelo BNH.

Logo no início de seu governo, Dirceu Arcoverde enfrentou séria crise financeira no setor da política habitacional do Estado, que era algo que despertava a atenção no cenário político do período, que encontrou como solução protelatória a renegociação de débitos entre o Governo do Piauí e o BNH. Desta forma, a liberação de novos recursos para projetos habitacionais financiados, somente foram possíveis por meio de acordo firmado entre o Banco e o governo do Estado, considerando que o Piauí encontrava-se em moratória devido aos atrasos assumidos com financiamentos anteriores, notadamente contraídos para a construção dos residenciais Tabuleta, São Raimundo, Primavera I, Monte Castelo e Parque Piauí, tomados de empréstimo entre os anos de 1966 e 1968. Assim, em 1975, o Governo do Estado refinanciou a dívida existente, pagando Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) e parcelando o saldo devedor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) em 360 meses (**Governo... O Estado**, 17/06/1975).

Recuperado o crédito para o financiamento de novos projetos, o governo do Estado, por meio da COHAB-PI, apresentou novas propostas de conjuntos residenciais, entre estas o “Projeto Conjunto Itararé”.

A respeito do terreno comprado, onde foi construído o conjunto, a documentação consultada indica que o mesmo localizava-se “situado no lugar São Raimundo, data covas no município de Teresina, na zona rural, próximo ao Contorno Rodoviário e Terminal de Petróleo”, composto de 06 (seis) glebas<sup>2</sup> que perfazem um total de 1.115.000,00 m<sup>2</sup> hum milhão, cento e quinze mil metros quadrados), pertencentes a Clemente Linhares da Silveira, Maurício Camilo da Silveira, Maria José da Silveira, Maria Célia da Silveira Vieira, Ferdinand Silveira e seus respectivos cônjuges, adquiridos em 18 de fevereiro de 1976, pelo valor de Cr\$ 3.465.000,00 (três milhões, quatrocentos sessenta e cinco mil cruzeiros), com recursos antecipados pelo BNH, previstos pelo Projeto (BRASIL. BNH, 1976).

A referência ao nome Itararé, herdado pelo projeto do conjunto, conforme observa Nascimento (2005), relaciona-se ao nome de uma fazenda pertencente a Pedro de Almendra Freitas, localizada em parte do bairro São Cristóvão, na região sudeste da capital, onde foi construído, na administração do governador Alberto Tavares Silva, o

<sup>2</sup> Podemos definir “Gleba” como sendo área de terreno que ainda não foi objeto de parcelamento regular. Após o registro do parcelamento a gleba deixa de existir juridicamente, dando lugar aos lotes e áreas públicas dele decorrentes.

Terminal de Petróleo de Teresina, atraindo os olhares e o interesse do poder público para o local. Como o novo conjunto havia sido construído nas proximidades da antiga propriedade, deram-lhe o mesmo nome.

O novo conjunto, como imagem significativa da cidade, traz em sua criação, a exemplo do que observa Pesavento (2007), a representação coletiva do real criado, que por sua vez corresponde a uma infinidade de outras cidades imaginadas por quem nelas vivem. No caso em estudo, a cidade ganha versões várias construídas por seus usuários, inserida no turbilhão de transformações propostas pelo discurso modernizador da época, que propunha afastar a população empobrecida para fora da cidade como uma forma de negar qualquer imagem que contrariasse o discurso oficial de prosperidade propagado no período. Desta forma, concorda-se com Ana Fani Carlos, quando informa que a fragmentação dos espaços urbanos “também revela a hierarquização dos lugares e pessoas”, segregando a morfologia espacial e social (2001, p. 27).

O novo conjunto representava parte do espaço urbano segregado, que alterava profundamente a organização espacial e social da cidade ao separar pessoas, protelando a solução do problema de acesso à moradia ao entregar as casas sem os equipamentos urbanos necessários ao uso de seus moradores.

O Conjunto Itararé, como referido pelo então Governador na imprensa local, teve suas obras iniciadas ainda no ano de 1976. Em reportagem realizada no mês de julho, o jornal “O Dia” dava conta de como estavam os encaminhamentos do novo conjunto. A matéria destacava:

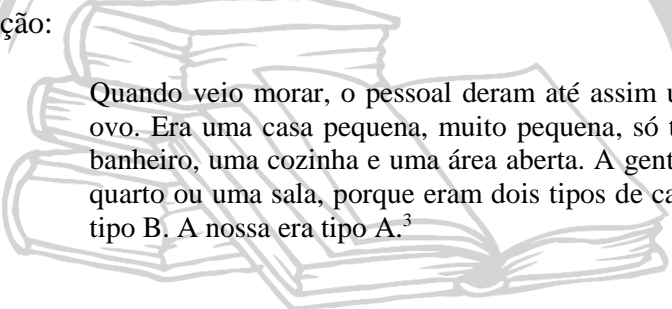
Até o final deste mês [julho de 1976] será feito julgamento da concorrência visando para a construção das 840 casas do Conjunto Itararé, no bairro São Cristóvão, como a primeira etapa de um total de 3 mil e 40 unidades habitacionais. A construção do Conjunto prevê três etapas, conforme as informações do diretor. [...] Ainda no bairro Itararé será construída as casas embrião com apenas três cômodos que podem ser ampliados de acordo com as possibilidades e o poder aquisitivo dos compradores (O Dia, 02/06/1976).

A concorrência pública destacada pela matéria levou um pouco mais de tempo para iniciar-se, chegando a termo apenas em 27 de dezembro de 1976, com a assinatura do contrato de empreitada com a empresa vencedora para construção das primeiras 600 unidades habitacionais do 1ª Setor do conjunto, pelo montante de 74.496,21 UPC, ou Cr\$ 12.539.946,00 (PIAUI. COHAB, 1976).

No período em que foi apresentado pelo governo do Estado o projeto Itararé, no âmbito nacional, os projetos aprovados pelo BNH deslocavam-se para áreas mais distantes dos centros urbanos, na procura de terrenos mais baratos e reduzindo progressivamente a área construída e a qualidade das edificações, como forma de viabilizar os empreendimentos, baixando os custos de construção, e também com o horizonte de retorno dos valores investidos. Os locais escolhidos, por seu custo de edificação, em geral, eram distantes e sem qualquer infraestrutura ou equipamento urbano, gerando sérios problemas para os moradores e o poderes públicos municipais, obrigando a estes a estender a oferta de serviços básicos até os novos locais (LORENZETTI, 2001), fenômeno que pôde ser observado no processo de construção do conjunto Itararé.

Para o Conjunto Itararé, a Companhia de Habitação do Estado determinou como plantas das casas a serem edificadas três modelos de construções, com áreas úteis distintas, definidas em conformidade com a renda familiar dos moradores, “feitas de alvenaria, cobertas de telhas e caibro de madeira redonda” (ITARARÉ... O Dia, 20/08/1977, p. 06).

Com reduzidas áreas de construção, as casas eram muito pequenas para acomodar as famílias que chegavam, normalmente numerosas, que como destaca periódico da época, “não são tão confortáveis como aquelas da ampliação do Parque Piauí. São bem mais modestas, mas caracterizam-se principalmente por um preço mais baixo” (ITARARÉ... O Dia, 20/08/1977, p. 06), sendo motivo de lamento de seus moradores, mesmo transvestido de forma bem humorada, como narrado pela senhora Maria da Conceição:



Quando veio morar, o pessoal deram até assim um apelidinho, um ovo. Era uma casa pequena, muito pequena, só tinha... uma sala, um banheiro, uma cozinha e uma área aberta. A gente fechava e fazia um quarto ou uma sala, porque eram dois tipos de casas: um tipo A e um tipo B. A nossa era tipo A.<sup>3</sup>

A declaração da moradora permite perceber que a proposta de construção das casas não atendia às necessidades de seus moradores, evidenciando ainda que a permanência se dava por fatores alheios ao desejo, em casas comparadas a ovos, “casa

<sup>3</sup> CONCEIÇÃO, Maria da. Entrevista concedida a Verônica Viana de Sousa e Douglas de Farias Sousa. Teresina, 2010. In: SOUSA NETO, Marcelo de; (et. al.), 2010.



pequena, muito pequena” como ressalta a moradora. Mesmo assim, na fala da moradora resta o orgulho distintivo de ter sido contemplada com casa do Tipo “A”, que contava com uma pequena área coberta em sua parte de traz, diferenciando-se das menores obtidas por outros moradores, com renda inferior às de seu núcleo familiar.

O tamanho reduzido das casas, em desacordo com as necessidades das famílias que chegavam ao Itararé, também foi temática abordada pelos jornais da época, entretanto, de forma a criticar seus moradores que, na ótica do periódico, “deformavam” o conjunto, como pode ser observado por meio do Jornal do Piauí que destacava que:

Enche-nos de tristeza verificar a deformação a que estão submetendo o conjunto, pois elementos que têm famílias de 8 a 10 pessoas chegam lá e como a casa escolhida é pequena, não comporta o volume de pessoas, logo recorrem a uma ampliação que é uma miséria. [...] Assim seria tentar desvirtuar a finalidade habitacional, logo transformando em legítima favela ou perfeito mocambo (**Conjunto...** Jornal do Piauí, 14/09/1977, p.08).

Em sua posição de lamento, o periódico, ao criticar as alterações realizadas por moradores do novo conjunto, termina por explicitar o desacordo entre o conjunto e seus usuários ao demonstrar que as casas não comportavam seus moradores. Mas ao promover a crítica, termina por denunciar, mesmo que de forma involuntária, que estas foram pensadas para grupos sociais que não tiveram suas necessidades atendidas pelo conjunto, mas que foram mediadas pela necessidade de se ter uma casa, independente das condições, e que estas, após recebidas, precisariam adaptar-se às necessidades das famílias.

O próprio Estado, por meio do presidente da COHAB-PI, José Almendra Freitas Neto, responsável pela construção do conjunto, reconhecia os limites do projeto executado ao oferecer material de construção para as ampliações das casas. Como noticiava o jornal O Estado, “quem vai morar nas casas do tipo “embrião” do conjunto Itararé, terá material de construção gratuito para ampliar seu imóvel de acordo com a necessidade da família (**Morador...** O Estado, 02/09/1977, p.2). Entretanto, o acesso aos materiais de construção mostraram-se limitados, levando seus moradores a adaptações e/ou improvisos de materiais nas reformas compulsórias para abrigar os novos habitantes.

Silva observa que, “nem sempre essas moradias eram aumentadas com o material de construção adequado. Sem condições financeiras, não restava outra alternativa às famílias numerosas mutuárias do bairro a não ser acrescentar cômodos a

esses “embriões” feitos de madeira, tecido, papelão, ou ainda taipa e/ou palha” (2013, p.21-22).

A condição das casas e os improvisos de ampliações feitas também deixaram marcas nas memórias da senhora Maria Irmani Veloso, assistente social e líder política do bairro à época, ao lembrar que:

Eles [os moradores] faziam as casas, aumentavam as casas com paredes de taipa e cobertas de palha. Pra poder caber a família. Porque o Alberto Silva, ele dizia que as casas não cabiam um jumento com as orelhas e o rabo dentro da casa, que o jumento ficava dentro, mas as orelhas do jumento ficava[m] do lado de fora e o rabo também (VELOSO, 2013)<sup>4</sup>.

A fala da senhora Irmani Veloso deixa transparecer não apenas a crítica às casas em si, mas também o antagonismo político existente entre o ex-governador, Alberto Tavares Silva e o governo do período em que as casas foram construídas, que tinha à frente o médico Dirceu Mendes Arcoverde, evidenciando uma disputa política que atravessava o Piauí entre os anos de 1970 e 1980 (FONTINELES, 2009). A crítica, mais que às casas, pode ser associada ao governo, um governo que seria pequeno, incompleto e mal administrado, retomando a alegoria construída por Alberto Silva e que continuou a ser ressignificada na memórias da entrevistada.

O mesmo contrato assinado entre o Estado e BNH traz ainda informações quanto ao valor do projeto, como dito anteriormente, nomeado junto ao Banco de “Projeto Conjunto Itararé”. O montante do projeto foi orçado no valor total de 335.545 UPC (Unidade Padrão de Capital), que para o mês de junho de 1976, estava definido em Cr\$ 142,24 (Cento quarenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos), representando o empréstimo contraído o montante de Cr\$ 47.727.920,80 (quarenta e sete milhões, setecentos vinte e sete mil, novecentos e vinte cruzeiros e oitenta centavos), ou o valor médio por casa de Cr\$ 15.699,97 (quinze mil, seiscentos noventa e nove cruzeiros e noventa e sete centavos).

O valor de construção cobrado por unidade, o tamanho reduzido, a pouca qualidade das casas e a falta de estruturas do conjunto foram alvo de críticas do senador piauiense Alberto Tavares Silva, em 1980, período em que eram realizadas as obras de construção do Dirceu Arcoverde II. Segundo este, as casas do conjunto Itararé possuíam

<sup>4</sup> VELOSO, Maria Irmani Campos. Entrevista concedida a Mariane Vieira da Silva no dia 13 de junho de 2013. In: SILVA, 2013, p.22.

custo muito elevado e eram entregues em piores condições que outras construções também financiadas pelo BNH no período (SILVA, 1980).

Para justificar suas críticas, exemplifica com a construção em 1974, ainda em seu primeiro mandato como governador do Estado, de casas populares no bairro Cristo Rei, zona sul de Teresina, onde foram construídas 92 (noventa e duas) casas com 76 m<sup>2</sup> (setenta e seis metros quadrados) ao custo de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), contrapondo-se as casas de 30m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados), referindo-se às casas Tipo “B” do conjunto Itararé, construídas em 1977 ao custo de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros)<sup>5</sup>, “casas de apenas um quarto, e sem qualquer cerca de separação entre elas” (SILVA, 1980, p. 47). Embora o número de casas construídas nos dois períodos seja muito distinta, é uma crítica que confirma elementos destacados nas fontes hemerográficas e orais encontradas nas pesquisas.

Os valores das prestações cobradas dos primeiros moradores do Itararé, conforme destacava o próprio Presidente da COHAB-PI, José Almendra de Fretas Neto, eram de Cr\$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros) para as casas Tipo “C”, Cr\$ 63,00 (sessenta e três cruzeiros) para as Tipo “B” e Cr\$ 115,00 (cento e quinze cruzeiros) para as casas Tipo “A” (COHAB-PI... O Estado, 20/09/1977, p.2). Estes valores, aparentemente pequenos em relação aos Cr\$ 1.106,40 (hum mil, cento e seis cruzeiros e quarenta centavos) do salário mínimo vigente a partir de maio de 1977, e ressaltados como acessíveis pelo presidente da COHAB-PI, representavam grande sacrifício às famílias haja vista ser este o limite de sua renda e que poucas delas tinham acesso a esses valores.

Os primeiros moradores começaram a se instalar na região em condições infraestruturais bastante precárias, revelando contradições da cartografia urbana pretendida pelo Estado e que ajudam a recontar a história da cidade, levando ao entendimento de que ter residência não significava, contudo, ter acesso aos serviços públicos infraestruturais básicos.

<sup>5</sup> Segundo cálculos de Silva, presentes no mesmo escrito, se atualizados os custos de construção das casas do bairro Cristo Rei, em 1977 estes representariam aproximadamente Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), valores ainda inferiores aos custos de construção cobrados pelas casas do conjunto Itararé. O valor nominal de construção por unidade habitacional constante no contrato de empreitada para construção das primeiras 600 unidades, assinado em dezembro de 1976, refere-se ao custo por unidade de Cr\$ 20.899,91 (PIAUÍ. COHAB, 1976), valores, entretanto, que desconsideram custos com a compra do terreno e a construção de três escolas, um distrito policial e um centro comercial e a correção mensal da UPC (Unidade Padrão de Capital), o que tornam plausíveis os valores estimados por Silva, por ocasião de suas análises.

Sob responsabilidade da Construtora Poty LTDA em sua primeira etapa (PIAUI. COHAB. 1977)<sup>6</sup>, as obras seguiram sem os equipamentos infraestruturais básicos e sem a preocupação de construção de espaços voltado para o lazer, educação, saúde e convivência de seus moradores (RIBEIRO, 2006).

Em relação à instalação dos habitantes, apesar de muitos dos primeiros moradores transferidos para o conjunto contarem com o auxílio dos caminhões da prefeitura de Teresina para a mudança de seus pertences, o acesso as casas era realizado por meio de inscrições, análise socioeconômica e sorteio de unidades sob responsabilidade da Companhia de Habitação do Piauí – COHAB-PI, entretanto, despertando pouco interesse em sua fase inicial, como ressalta uma das primeiras moradoras do conjunto, a senhora Maria do Amparo:

Quando surgiu esse conjunto aqui eu não me escrevi no momento, aí depois de muito tempo... As casas já estavam feitas, como ninguém queria, porque era muito longe, não tinha estrutura nenhuma, sobraram casas e aí me deram uma inscrição e eu só fiz terminar de preencher lá meus dados, aí fui sorteada numa casa (2010).<sup>7</sup>

No relato da senhora Amparo, observa-se acentuado a distância do bairro ao centro da cidade e a infraestrutura deficitária do local como motivadores do pouco interesse sobre as casas, o que se compreende serem motivos importantes. A distância dos locais de trabalho e a precariedade dos serviços disponíveis, também são identificados por Lorenzetti (2001) em outras partes do país, como fatores que provocaram a recusa da população em ocupar os conjuntos habitacionais populares construídos por meio de projetos do BNH.

Entretanto, anterior a estes elementos, e mesmo considerando serem as casas destinadas a pessoas de pequena renda, o acesso a elas era empecilhado por outros fatores,

<sup>6</sup> A Concorrência Pública n. 01/77 previa a construção de três setores do conjunto, qual sejam, I Setor – construção de 1908 casas Tipo “A” e 192 casa Tipo “B”, II Setor – Construção de 03 unidades escolares, de 15 salas cada, e 01 Delegacia Distrital, e III Setor – Construção de 01 Centro Comercial. Foram recebidas propostas das construtoras Poty LTDA, representada pelo senhor Nicanor Barreto, Britânia S/A, representada pelo senhor Raimundo Alberto Carneiro, e A. Gaspar LTDA, representada pelo senhor Carlos Eduardo V. Ramiro, sendo vencedora a primeira empresa resultante da desclassificação das duas outras. Posteriormente, como a Construtora Poty teve sua proposta de construção do III Setor do conjunto desclassificada, por desacordo de preço (PIAUI. COHAB. **Ata da reunião extraordinária da Diretoria da COHAB-PI, realizada no dia 30.05.77.** Teresina: COHAB-PI, 1977b). Cf. Silva (2013), a conclusão das obras das três escolas previstas pelo projeto ocorreu apenas em março de 1978.

<sup>7</sup> AMPARO, Maria do. Entrevista concedida a Verônica Viana de Sousa e Douglas de Farias Sousa. Teresina, 2010. In: SOUSA NETO, Marcelo de; (et. al.), 2010.

entre estes a comprovação de renda e o poder de endividamentos daqueles que procuravam a Companhia de Habitação do Estado.

Como ressalta Lima (2010), os conjuntos habitacionais construídos durante a década de 1970, possuíam destinações próprias, atendendo a determinados segmentos sociais definidos a partir do quesito renda mínima. Tomados como exemplos os Conjuntos São Pedro, Saci, Cristo Rei, nos quais era exigida renda familiar acima de dois salários mínimos, e os conjuntos Parque Piauí e Bela Vista, eram destinados a famílias com renda acima de um salário mínimo, todos estes conjuntos localizados na região sul da cidade, para o Conjunto Itararé, entretanto, era necessário a comprovação de renda familiar de até um salário mínimo, o que denota a destinação do conjunto para famílias de baixa renda, como era o objetivo traçado pelo Estado para o conjunto. Entretanto, isso também excluía o acesso àquelas famílias que não podiam comprovar rendimentos, fator importante em uma cidade de poucas oportunidades de emprego com registro de renda.

Essa precariedade vivenciada pela população do conjunto motivou muitos dos seus primeiros moradores a desistirem de suas moradias, levando ao Governo do Estado a elaborar e/ou apressar ações que visassem atrair e/ou fixar moradores. Entre as primeiras intervenções realizadas, destacadas pela memória de moradores e pelos jornais da época, destaca-se a criação de um posto médico e a doação de uma ambulância para conjunto.

Na ocasião de entrega do posto médico e da ambulância, o prefeito da capital, Raimundo Wall Ferraz, também entre os presentes, destacou em sua fala o caráter social do governo de Dirceu Arcoverde que, segundo o prefeito, “distancia-se das obras de fachada para cuidar dos problemas sociais” (Dirceu... O Dia, 28/10/1977, p. 8). Entretanto, curiosamente, o discurso do prefeito demonstra seus limites ao ser observado na mesma matéria que elogia o governador pela sua preocupação social, denuncia-se que o conjunto continuava sem abastecimento d'água, sem pavimentação e precário sistema de transporte.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a saída prematura de Dirceu Arcoverde do cenário político do Estado, por seu falecimento, pouco após ter assumido cadeira no Senado Federal, novas disputas pelo controle político do Estado e da cidade iniciaram-se e, em meio a estas, os moradores do Itararé inseriram-se na busca de melhores condições de sobrevivência, desejando também

fazer parte dos sonhos da cidade que os empurrou para o subúrbio, mesmo que ainda dentro de suas fronteiras.

Criado com o propósito de “desfavelamento” da zona leste da capital piauiense, e em meio as políticas habitacionais promovidas pelos governos militares a fim de conter as tensões sociais, o Conjunto Itararé foi entregue aos seus moradores com problemas infraestruturais sérios, o que fez com que muitos de seus habitantes desistissem de suas casas. Muitos outros, entretanto, permaneceram e passaram a interferir de forma efetiva na transformação dos espaços do conjunto, escrevendo novos capítulos da história do residencial e da cidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. Teresina: Dissertação - PPGHB-UFPI, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

de um processo de rurbanização em Teresina. Teresina: Dissertação - PPGHB-UFPI, 2013.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Universidade Federal do Pernambuco [Tese de Doutorado], 2009.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As Multifaces da Pobreza: Formas de Vida e Representações Simbólicas dos Pobres Urbanos**. Teresina, Halley, 2003.

LIMA, Antonia Jesuíta. **Favela COHEBE: uma historia de luta por habitação popular**. 2 ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados [Estudo], 2001. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1469>>, acessado em 16 set. 2014.

MEDEIROS, Manoel Sousa. **A redemocratização e às manifestações políticas no bairro Dirceu Arcoverde (1984 À 1985)**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2005. [Monografia de Conclusão de Curso].

MONTE, Regianny Lima, Memória e (res)sentimento em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina EDUFPI; Imperatriz,MA: Ética, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cajuína e cristalina**: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. Revista Brasileira de História. vol.27 n.53 São Paulo Jan./June 2007.

NASCIMENTO, João Batista Sousa do. **Itararé**: um olhar histórico e social entre 1976 e 1983. Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2005. [Monografia de Conclusão de Curso].

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, n.53, jun. 2007.

RIBEIRO, Niovania Mourão. **Itararé**: uma luta pela sobrevivência (1977-1981). Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2006. [Monografia de Conclusão de Curso].

SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde**: missão cumprida. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Alberto Tavares. Conferência na Associação Comercial Piauiense (06 de julho de 1980). In: \_\_\_\_\_. **Minha lutas por um Piauí melhor**. Vol 3. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

SILVA, Laerte Carson Sampaio e. **Dirceu**: uma história de conquistas (1980-2006). Teresina: UFPI [Departamento de História e Geografia. Monografia], 2008.

SILVA, Maria Neide da. Entrevista concedida a Verônica Viana de Sousa, em 15/10/2010. In: SOUSA NETO, Marcelo de. **De muitos sonhos e poucos tijolos**: Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, história e memória (Teresina-PI, 1976-1986). Universidade Estadual do Piauí [Relatório de pesquisa], 2013.

SILVA, Mariane Vieira da. **Nas Entrelinhas Da História**: as primeiras instituições educacionais no cenário urbano do Itararé (1978-1983). Teresina: UFPI [ Monografia], 2013.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Desvelando os caminhos do Santana**: história e memória

SOUSA NETO, Marcelo de; SOUSA, Verônica Viana de, e SOUSA, Douglas Messias de Farias. **Às margens da cidade**: história e memória dos moradores do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde (Teresina 1976-1980). Universidade Estadual do Piauí, 2009.

Disponível em:  
<http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/>. Acessado em março de 2010.